

Carnaval no Ceará deve movimentar R\$ 744,2 mi

Taxa de ocupação hoteleira no Ceará sobe para 87% em 2025

O carnaval de 2025 está se aproximando, e o Ceará se destaca como um dos destinos mais procurados para a festa. Com a alta demanda por passagens, hospedagens e serviços turísticos, o estado se prepara para receber milhares de foliões em suas diversas cidades, incluindo a capital Fortaleza e destinos no interior. A Secretaria do Turismo do Ceará (Setur) divulgou as previsões para a temporada, que apontam um crescimento expressivo no setor.

A expectativa é de que o carnaval de 2025 gere R\$ 744,2 milhões em receita, o que representa um aumento de 18,3% em relação ao carnaval do ano anterior.

A taxa de ocupação hoteleira no Ceará também deve apresentar uma alta significativa, subindo de 80,6% em 2024 para 87% em 2025, com um crescimento de 7,9%. A demanda por hospedagens em Fortaleza deverá atingir 77.660 unidades, o que representa um aumento de 12,4% em relação ao ano anterior. Para o secretário de Turismo do Ceará, Eduardo Bismarck, esses números refletem a crescente consolidação do estado como um destino tu-



Ascom/CE

As previsões para o carnaval de 2025, apontando um crescimento expressivo

rístico estratégico, resultado de investimentos realizados para atrair turistas de diversas partes do Brasil.

De acordo com Bismarck, o aumento da movimentação turística durante o carnaval irá impactar positivamente a economia local, beneficiando desde pequenos até grandes empreendedores. "A atração de mais investimentos ao longo do carnaval vai impulsionar a economia em todos os níveis,

impactando diretamente setores como hospedagens, restaurantes, ambulantes, maquiadores, costureiras e toda a cadeia produtiva envolvida. A capital, Fortaleza, será a principal porta de entrada, mas o impacto também será forte no interior", explicou o secretário.

A movimentação turística através de Fortaleza, com entrada por meios como a Rodovia João Thomé, Rodovia de Messejana e o Aeroporto

Internacional Pinto Martins, deve alcançar 184.904 visitantes, representando um incremento de 13,2% em relação ao ano anterior. A receita turística do Ceará deve saltar de R\$ 359,4 milhões em 2024 para R\$ 425,3 milhões em 2025, um avanço de 18,3%. Esse aumento reflete o impacto positivo do carnaval na economia do estado, consolidando ainda mais o Ceará como um dos destinos mais procurados.

Alagoas discute proteção às mulheres

A Chefia de Políticas de Segurança à Mulher da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Alagoas iniciou as tratativas para a implantação do sistema de monitoramento por tornozeleira eletrônica dos agressores que demonstrem risco potencial à mulher.

A iniciativa, já utilizada em estados como o Rio Grande do Sul, permitirá o uso de tornozeleiras eletrônicas em agressores

para evitar que se aproximem de vítimas amparadas por medidas protetivas de urgência deferidas pela Justiça com base na Lei Maria Penha. As vítimas receberão um dispositivo especial para acompanhamento e alertas de segurança.

Serão investidos mais de R\$ 2,8 milhões na aquisição e manutenção do botão de emergência, que acionará equipes da Patrulha Maria da Penha. Os valores são oriundos do Fundo Nacional de

Segurança Pública, como parte do Plano de Ação de enfrentamento à Violência contra a mulher de Alagoas aprovado pelo Governo Federal no ano passado.

Participaram da reunião a coordenadora da área temática de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, sargento Andrezza Andrade; o chefe especial de Informatização e Segurança da SSP e gestor de ação da área temática, major Edival Lima; o

assessor especial do Fundo Nacional de Segurança Pública, tenente-coronel Jobasine Barbosa; a comandante da Patrulha Maria da Penha, major Iris Dayana Queiroz; a policial penal integrante da Supervisão do Centro de Monitoramento Eletrônico de Presos da Seris, Geovanna Popp; além de demais integrantes da Patrulha e representantes da Indra, uma das empresas líderes mundiais em tecnologia e consultoria.

CORREIO OPINIÃO



Segurança Pública precisa melhorar no país

A PEC da Segurança e o risco de enfraquecimento da Polícia e do combate ao crime organizado no Brasil

Por Dr. Fernando Capano*

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, cuja nova redação foi recentemente apresentada pelo Ministério da Justiça, levanta uma série de preocupações que não podem ser ignoradas.

Embora traga avanços na padronização de dados e na consolidação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), a proposta apresenta mudanças que podem comprometer a eficiência e a articulação das Forças de Segurança que atuam pelo País.

Um dos pontos mais problemáticos da PEC em tela é a substituição da Polícia Rodoviária Federal (PRF) por uma Polícia Viária, ainda com atribuições restritas ao policiamento ostensivo em rodovias, ferrovias e hidrovias federais. Ora, a PRF tem papel fundamental no combate a crimes de indiscutível relevo, como o tráfico de drogas, de armas e o contrabando - delitos que se utilizam, mas não apenas, das rodovias como rotas de circulação.

Continuar a limitar o espectro e o alcance das atribuições da PRF, perdendo, inclusive, valiosa oportunidade de repensar a política pública de Segurança no Brasil, inserida na contemporaneidade, pode enfraquecer o enfrentamento em face dos - cada vez mais - criminosos organizados, gerando lacunas operacionais severas.

O ideal, segundo penso, seria ampliar a ostensividade da PRF, sem que isso prejudicasse a atuação da Polícia Federal (PF), garantindo, assim, que ambas atuem de maneira coordenada e complementar pelo Brasil.

Outro aspecto que merece atenção é a criação de Ouvidorias Públicas e autônomas para fiscalizarem a atuação policial. Embora a transparência e o controle da atividade policial sejam fundamentais, há o risco de que este tipo de órgão se torne ferramenta de ingerência política ou burocrática - o que prejudica o trabalho policial e engessa investigações. As Ouvi-

dorias são absolutamente fundamentais e, por isso, devem ser blindadas de interferências políticas.

Por fim, a PEC, inicialmente, previa a unificação do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário. Contudo, cedeu à pressão dos governadores e manteve os repasses separados. Tal mudança, a rigor, é positiva, pois deve garantir aos Estados controle sobre estes recursos, podendo, desta maneira, direcioná-los de acordo com necessidades regionais específicas.

Ademais, visando construir um ambiente democrático de qualidade efetiva, é preciso haver a participação de outros atores sociais neste debate que resultará na mudança do texto constitucional.

Entre vários personagens importantes neste processo, acredito que, as organizações classistas e representativas das carreiras policiais devem, necessariamente, estarem plena e devidamente representadas.

O debate sobre Segurança Pública em nosso País precisa, afinal, ser tratado com seriedade e sem medidas que enfraqueçam a atuação policial ou criem burocracias desnecessárias. Caso contrário, a PEC em questão tende a agregar mais um entrave para os graves problemas da Segurança Pública do Brasil.

*Advogado; Doutor em Direito do Estado, pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidad De Salamanca (Espanha); mestre em Direito Político e Econômico, pela Universidade Mackenzie; especialista em Direito Militar, em Segurança Pública, e na Defesa de Agentes Públicos; professor de Direito Constitucional e de Direito Penal; co-coordenador do Departamento Jurídico do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais em São Paulo (SINPRF/SP); e presidente da Associação Paulista da Advocacia Militarista (Apamil)

CUMBURO | CE **TOURÓS | RN** **ECO RESORT DO CABO | PE**

Vila Galé
HOTELS

PARA OS SEUS SONHOS, OS MELHORES destinos
PARA VOCÊ, A MAIOR REDE DE RESORTS DO BRASIL.

Nos resorts all inclusive da Vila Galé a alegria dura o ano inteiro.
Viva momentos inesquecíveis com muito conforto e diversão.

RESERVE AQUI

ALAGOAS | AL **MARÉS | BA** **ECO RESORT DE ANGRA | RJ**

WWW.VILAGALE.COM • BRASIL.RESERVAS@VILAGALE.COM • +55 (71) 4040-4999